**PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA) E COMPROMISSO
NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA) NA PROMOÇÃO DA
EQUIDADE EDUCACIONAL**

Aleandro Soares de Moraes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

aleandro20241000212@alu.uern.br

Conceição de Maria Mello da Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

conceicao.m.mello@gmail.com

Arilene Maria Soares de Medeiros

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil

arilenemedeiros@uern.br

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este estudo analisa políticas de alfabetização e sua contribuição para a equidade educacional. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Decreto nº 4.834/2003, atende a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), enquanto o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, visa alfabetizar crianças até o 2º ano e recuperar aprendizagens pós-pandemia.

A pesquisa parte da seguinte questão: como o PBA e o CNCA contribuem para a equidade educacional no Brasil, considerando suas diferentes abordagens e públicos? Para responder a essa problemática, os objetivos incluem: a) analisar as contribuições dessas políticas na promoção da equidade educacional entre criança, jovens, adultos e idosos, destacando os limites e desafios; b) discutir sua importância no contexto educacional e propor reflexões para seu aprimoramento.

A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, estruturada como uma pesquisa bibliográfica exploratória, reunindo e analisando produções científicas e documentos que fundamentam o estudo dessas políticas públicas. Conforme Gil (2002,

p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo ampliar a compreensão teórica sobre o tema.

O texto está organizado em considerações introdutórias e três seções: a primeira discute as limitações e avanços do PBA na alfabetização inclusiva; a segunda analisa o CNCA e seus impactos na redução das desigualdades educacionais; e a terceira apresenta as considerações finais, consolidando as análises realizadas.

2 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: LIMITAÇÕES E AVANÇOS NA ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA

O PBA busca capacitar alfabetizadores e atender jovens, adultos e idosos que tiveram seu percurso escolar interrompido, visando erradicar o analfabetismo no país. Sua execução ocorre por meio da transferência de recursos financeiros da União aos estados, municípios e instituições parceiras, como universidades e ONGs.

O programa foi estruturado à margem da educação básica, assumindo um caráter assistencialista e sem mecanismos que garantissem a continuidade dos estudos dos alfabetizandos. Segundo Rummert e Ventura (2007), o PBA repetiu equívocos de programas anteriores, como o MOBREAL e o PAS, ao adotar um modelo de campanha de curto prazo, sem integração efetiva ao sistema educacional formal.

Ao longo dos anos, medidas foram implementadas para ampliar seu alcance e efetividade. O Decreto nº 5.475/2005 fortaleceu a Comissão Nacional de Alfabetização, enquanto o Decreto nº 6.093/2007 reorganizou o atendimento, priorizando regiões com altos índices de analfabetismo. No entanto, tais ajustes não romperam com a lógica emergencial do programa, limitando sua sustentabilidade a longo prazo.

O Decreto nº 10.959/2022 trouxe avanços significativos, alinhando o PBA ao Plano Nacional de Educação (PNE) e fortalecendo a educação popular na EJAI. Medidas como ações intersetoriais para apoio e promoção de cuidados básicos de saúde, mobilização, cadastramento de alfabetizandos e reconhecimento dos saberes desses sujeitos contribuíram para uma abordagem mais democrática e equitativa.

Saviani (2021), destaca que a educação não deve ser compreendida apenas como um conjunto de setores interligados de forma harmônica, mas em sua complexidade, considerando os desafios concretos e as particularidades dos sujeitos envolvidos. Dessa

forma, políticas como o PBA devem ser continuamente aprimoradas para superar desigualdades estruturais e consolidar uma alfabetização sustentável e transformadora, para que assim haja significados em suas ações.

3 COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

No Brasil, a taxa de analfabetismo é, sem dúvida, um marcador das desigualdades sociais. Para o enfrentamento dessa problemática no processo de alfabetização das crianças brasileiras, o Ministério da Educação instituiu o CNCA, que é uma política educacional idealizada para elevação dos indicadores de alfabetização das crianças.

O Compromisso tem como princípio fundamental a observância dos principais marcos legais da educação no Brasil, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação vigente (Lei 13.005/2014) e a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica (Decreto 9.432/2018).

Para Ribeiro (2012), equidade constitui-se, mais especificamente, em um dos critérios que sustentam as decisões e a efetivação de políticas públicas, situando-se, assim, no centro dos conflitos de interesses da sociedade. Na área da educação, a compreensão do critério de justiça presente no campo da gestão das políticas educacionais se vincula à discussão sobre a pertinência do enfrentamento da desigualdade escolar e como ele deve se efetivar.

Dentre os onze princípios que compõe o CNCA, o III e IV, reforçam a busca pela redução das desigualdades educacionais: III - a garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas; e IV - a promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero.

No Art. 11. o Ministério da Educação apresenta as estratégias para implementação do CNCA, dentre as quais: assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares, para a disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e para a melhoria da infraestrutura escolar.

Portanto, a equidade na educação, de acordo com Lima (2016), refere-se à justiça na distribuição de recursos educacionais, oportunidades e resultados entre todos os estudantes, independentemente de suas origens socioeconômicas, étnicas, culturais ou de gênero.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais do PBA e do CNCA são fundamentais para reduzir desigualdades educacionais, cada uma atuando em uma frente específica, com objetivos diferentes. O PBA alfabetiza jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola, o CNCA previne *déficits* de aprendizagem, assegurando a alfabetização infantil até o 2º ano do ensino fundamental.

Embora públicos distintos, essas iniciativas se complementam, unindo esforços para garantir educação de qualidade. O PBA corrige lacunas educacionais e o CNCA evita novas defasagens, fortalecendo a alfabetização como um compromisso intergeracional e assegurando o direito de aprender.

Os avanços e desafios persistem. O analfabetismo permanece como um dos principais desafios educacionais do Brasil, refletindo desigualdades que limitam o desenvolvimento do país. As políticas apresentadas aqui se complementam na promoção da equidade educacional. Enfrentar tais desafios exige ações integradas e o compromisso contínuo dos governos em garantir uma educação de qualidade para todos. Investimentos, continuidade dos programas, articulação entre os entes federados são essenciais. Reduzir desigualdades educacionais e eliminar barreiras ao acesso a materiais pedagógicos é buscar a equidade educacional, com a garantia da alfabetização para todos. Essa é a maior responsabilidade dos governos.

5 REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 6 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. **Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado e dá outras providências.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 8 set. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.475, de 22 de junho de 2005. Altera a denominação e o objetivo da Comissão Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. **Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 2002.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade—considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** 29. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 29-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SgSTznjML3Hzt9cTgqSBbKK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema.** 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.